TÍTULO: A história do pensamento econômico e a teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo.

Matheus Fernando Moreira Dias Sadde Martins[1]

Resumo:

O presente artigo investiga a história do pensamento econômico e a teoria da reprodução do capital social total elaboradas por Rosa Luxemburgo em sua obra magna *A Acumulação do Capital* (1913). Argumenta-se que a contribuição luxemburguiana só pode ser compreendida como uma formulação teórica que emerge do diálogo simultâneo com a economia política clássica e com a crítica da economia política. A partir da reconstrução do debate sobre o problema da reprodução desde os autores clássicos até as interpretações desenvolvidas no interior do marxismo do início do século XX, o artigo procura demonstrar que Luxemburgo propõe uma abordagem distinta das interpretações que tratam a reprodução ampliada como um problema puramente interno às proporções entre departamentos da produção social. Sua análise destaca a relação entre a reprodução do consumo social total e as condições históricas de expansão da acumulação capitalista, enfatizando o papel desempenhado pela incorporação de novos espaços, recursos naturais e forças de trabalho no processo de reprodução do capital.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; reprodução do capital; história do pensamento econômico; acumulação capitalista; teoria marxista.

Abstract:

This article investigates the history of economic thought and the theory of the reproduction of total social capital as elaborated by Rosa Luxemburg in her magnum opus, "*The Accumulation of Capital*" (1913). It argues that Luxemburg's contribution can only be understood as a theoretical formulation that emerges from a simultaneous dialogue with classical political economy and the critique of political economy. By reconstructing the debate on the problem of reproduction from classical authors to interpretations developed within early 20th-century Marxism, the article seeks to demonstrate that Luxemburg proposes an approach distinct from interpretations that treat expanded reproduction as a purely internal problem of the proportions between departments of social production. Her analysis highlights the relationship between the reproduction of total social consumption and the historical conditions of the expansion of capitalist accumulation, emphasizing the role played by the incorporation of new spaces, natural resources, and labor forces in the process of capital reproduction.

[1] Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauille (LEMA/IE/UFRJ) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) da Universidade Federal Fluminense.

Keywords: Rosa Luxemburg; reproduction of capital; history of economic thought; capitalist accumulation; Marxist theory.

Introdução.

O problema da reprodução do capital ocupa um lugar central na história do pensamento econômico. Desde o final do século XIX, a expansão da grande indústria e a recorrência de crises capitalistas colocaram em evidência uma questão fundamental: quais são as condições que permitem a continuidade e a ampliação da reprodução do sistema capitalista? A formulação dessa questão atravessa diferentes tradições teóricas e esteve no centro de debates decisivos tanto na economia política quanto na crítica da economia política.

No contexto histórico da virada do século XIX para o século XX — marcado pela consolidação da grande indústria e pela intensificação da expansão imperialista — o problema da reprodução assumiu uma nova forma. As crises periódicas e a crescente integração do mercado mundial levaram economistas a questionarem se a expansão do capitalismo representava a resolução prática de suas próprias contradições ou, ao contrário, a intensificação delas. Nesse cenário, o debate sobre as causas das crises e sobre as condições da acumulação do capital tornou-se um dos eixos fundamentais do pensamento econômico desde então.

A reflexão de Rosa Luxemburgo sobre o problema da reprodução do capital social total ocupa um lugar particular na tradição da crítica da economia política. Ao mesmo tempo em que se insere na história das controvérsias clássicas sobre a reprodução e as crises do capitalismo, sua análise busca evidenciar os limites históricos do modo de reprodução capitalista a partir de uma perspectiva crítica que articula teoria econômica e história do pensamento econômico. Nesse sentido, a discussão luxemburguiana sobre a reprodução não se limita à investigação das condições técnicas de continuidade da acumulação, mas se apresenta como uma tentativa de compreender o modo pelo qual o capital reproduz, no tempo e no espaço, a sua própria contradição histórica.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo argumenta que a teoria da reprodução do capital social total em Rosa Luxemburgo pode ser compreendida como uma elaboração crítica que emerge do diálogo simultâneo com a economia política clássica e com a crítica marxiana da economia política. A originalidade de sua contribuição reside precisamente na maneira pela qual ela articula a análise das condições de reprodução do consumo social total com a investigação das condições históricas de expansão da acumulação capitalista, recolocando o problema da reprodução para além da interpretação que o reduz à dinâmica interna da acumulação de capital produtivo.

A partir disso, o artigo procura demonstrar que a contribuição de Luxemburgo para a teoria da reprodução está intimamente ligada à sua leitura crítica da história do pensamento econômico. Ao examinar o desenvolvimento histórico das formulações clássicas sobre a reprodução — particularmente nas obras de autores como François Quesnay, Adam Smith e David Ricardo — Luxemburgo identifica limites analíticos importantes na forma pela qual a economia política clássica concebeu a continuidade da reprodução social sob o capitalismo. Esses limites se tornam ainda mais evidentes quando a problemática da reprodução passa a ser reinterpretada no contexto da controvérsia russa de fins do século XIX e início do século XX, momento em que o problema da reprodução tende a ser progressivamente transformado no problema da acumulação do capital produtivo total.

O argumento desenvolvido neste trabalho sustenta que essa transformação implica um deslocamento teórico importante. Ao substituir a análise das condições de reprodução do consumo social total pela investigação dos determinantes da acumulação de capital produtivo, parte significativa do debate econômico do início do século XX acaba obscurecendo a contradição fundamental que estrutura o modo de reprodução capitalista: a tensão entre as condições de produção e as condições de realização do valor do capital social total. É precisamente nesse ponto que a contribuição teórica de Luxemburgo assume sua maior relevância, ao recolocar o problema da reprodução como expressão dessa contradição histórica.

Diante dessas considerações iniciais, o presente artigo está organizado da seguinte forma. Na primeira seção, apresenta-se o sentido histórico do problema da reprodução na tradição da economia política, buscando o situar junto do debate sobre a continuidade da reprodução social no interior das formulações clássicas. A segunda seção examina a crítica da economia política de Luxemburgo no intuito de destacar os fundamentos teóricos da análise da autora. A terceira seção se dedica a analisar a mudança de significado que o problema da reprodução acabou sofrendo na passagem do século XIX para o século XX. Por fim, a quarta seção aborda a controvérsia russa do final do século XIX, destacando o modo como problema da reprodução é progressivamente transformado no problema da acumulação. A última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

O sentido histórico do problema da reprodução e a controvérsia clássica.

Em um primeiro momento, sua análise concentra-se justamente em evidenciar o sentido histórico dessa problemática, isto é, em compreender de que modo a reprodução do capital social total expressa uma forma particular de organização da reprodução social própria ao capitalismo. O que se coloca, portanto, como ponto de partida da discussão é a investigação do sentido histórico do problema da reprodução enquanto objeto de análise econômica.

> Na sociedade capitalista, observamos algo diferente. Em certos períodos, verificamos que, apesar de se apresentarem os meios de produção materiais, bem como a mão de obra

> necessária para o início da produção, e, não obstante, existirem exigências sociais insatisfeitas de consumo, mesmo assim parte da reprodução se interrompe totalmente e parte só se efetua de forma atrofiada. Contudo, nenhuma intervenção despótica é responsável, nesse caso, pelas dificuldades do processo de reprodução. O início da reprodução, nesse caso, não depende somente das condições técnicas, nem simplesmente das condições sociais. Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocadas por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com o lucro de magnitude habitual no país. O lucro, como meta e fator determinante, não domina, nesse caso, tão só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 9).

Rosa Luxemburgo reconhece que uma das particularidades do modo de produção capitalista é o fato de que a troca constitui o único vínculo social capaz de conectar os diversos produtores privados de mercadorias. Nessas condições, o atendimento das necessidades sociais torna-se dependente das decisões desses produtores individuais. Como tais decisões são tomadas com base apenas nas experiências de períodos anteriores de produção — experiências necessariamente privadas e particulares —, a satisfação das necessidades sociais realiza-se em meio a excessos e insuficiências na quantidade total de mercadorias produzidas em determinado período em relação à demanda solvente, isto é, à demanda efetivamente realizada aos preços considerados normais.

É a partir desse caráter marcadamente privado da produção, em contraste com o caráter social das necessidades que devem ser atendidas, que Luxemburgo apresenta a oposição que aparentemente determina o modo de reprodução capitalista: a oposição entre a ótica do capital social total e a ótica do capital privado individual. Quando apenas esta última perspectiva é tomada como referência, o problema da reprodução tende a aparecer como uma contradição entre as condições individuais de produção e as condições sociais de realização. Em outros termos, o problema passa a ser formulado como a questão da realização dos lucros de cada capital individual.

> A reprodução, no entanto, sempre é reiniciada pelo produtor privado considerando a experiência obtida no período anterior de produção. No período seguinte podem resultar daí novamente, excessos e ou insuficiências já que ramos isolados da produção seguem caminhos próprios, podendo produzir-se, em alguns ramos, insuficiências, em outros excessos. Considerando-se, no entanto, a interdependência técnica existente entre quase todos os ramos singulares da produção, os excessos e insuficiências, em alguns ramos maiores e dominantes, provocam fenômeno igual na maioria dos restantes. Daí ocorrer, de tempos em tempos, alternadamente, excesso ou escassez geral de produtos, em relação à demanda da sociedade. Daí conclui-se de imediato que a reprodução na sociedade capitalista assume uma forma particular distinta de todas as outras formas históricas de produção. Em primeiro lugar, cada ramo da produção passa, dentro de certos limites, por uma fase independente de animação, que, intermitentemente, leva a interrupções maiores ou menores na reprodução. Em segundo lugar, periodicamente, as discrepâncias existentes entre a reprodução dos ramos isolados e as necessidades sociais somam-se umas às outras, resultando em uma incongruência generalizada seguida de uma interrupção geral da reprodução. A reprodução capitalista apresenta, assim, um perfil muito peculiar. Enquanto sob o regime de qualquer outra forma de economia e exceto no

> caso de intervenções exógenas impostas a reprodução se processa como circulação regular e ininterrupta, a reprodução capitalista, para utilizar uma conhecida expressão de Sismondi, pode ser representada por uma série de helicoidais distintas e contínuas, cujas espiras inicialmente pequenas vão aumentando progressivamente, sucedidas por uma contração a partir da qual a helicoidal seguinte novamente se inicia com pequenas espiras, formando a mesma figura, até chegar-se à interrupção.
>
> A alternância periódica de expansões maiores da reprodução e suas contrações até a interrupção parcial, ou o que se denomina o ciclo periódico de conjuntura recessiva, auge de conjuntura e crise, é a particularidade mais marcante da reprodução capitalista (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 9).

Com o objetivo de formular o problema da reprodução do capital social total, Rosa Luxemburgo considera necessário retomar os termos da primeira controvérsia sobre as crises. É nesse momento inicial do debate que a ótica do capital individual sustenta a ideia de que o conteúdo das crises reside nas desproporções entre oferta e demanda. O objetivo inicial da autora é demonstrar que, por constituírem manifestações aparentes do problema da reprodução, as crises — entendidas como resultado de desproporções e desarmonias — são explicadas a partir da imagem que o próprio processo de reprodução faz de si mesmo.

O problema da realização dos lucros enfrentado por cada capital individual quando se vê diante da necessidade de vender suas mercadorias no mercado foi identificado pelos economistas que se opuseram à doutrina do equilíbrio harmônico de Say e Ricardo como o principal obstáculo à continuidade da acumulação. Tanto Jean-Charles de Sismondi quanto Thomas Malthus apontaram a lacuna entre o produto total e o consumo social realizado por trabalhadores e capitalistas como o principal desequilíbrio da reprodução capitalista. Ao fazê-lo, contudo, revelaram o quanto permaneciam vinculados à própria visão harmônica que criticavam, pois o nível do produto correspondente à reprodução simples continuava sendo tomado como referência para a continuidade da reprodução ao longo do tempo.

Em outras palavras, mesmo reconhecendo a insuficiência de demanda, Sismondi e Malthus admitiam que o modo de produção capitalista era capaz de atender às necessidades básicas de consumo daqueles diretamente envolvidos no processo produtivo. Diferentemente da teoria clássica, porém, ambos reconheciam a possibilidade de que o problema da reprodução — apreendido como uma manifestação generalizada das dificuldades enfrentadas pelos produtores individuais — pudesse limitar a continuidade da acumulação. Ainda assim, essa dificuldade era concebida sobretudo como um obstáculo à expansão futura do sistema, e não como uma impossibilidade estrutural da reprodução ampliada.

Ao tomarem a aparência do fenômeno das crises como seu conteúdo explicativo, os economistas associados à tradição ricardiana acabam oferecendo como explicação das crises a própria desproporcionalidade entre as quantidades de mercadorias ofertadas e demandadas. Dessa forma, a

crise é tratada como um fenômeno circunscrito às condições de circulação dos diversos capitais individuais.

Diferentemente de seus opositores, esses autores não reconhecem no problema da realização a causa das crises. Para eles, as desproporcionalidades entre oferta e demanda tendem a se resolver ao longo do próprio processo de reprodução, uma vez que a renda não realizada em consumo em determinado período será convertida, em períodos subsequentes, em investimento. Esse movimento amplia a produção, o consumo e a renda futuros.

Assim, a reprodução ampliada do capital total não encontra impedimentos fundamentais, sendo a acumulação explicada pelas variações da taxa de lucro que permitem o ajuste entre poupança e investimento no longo prazo. O que ficou conhecido na literatura como a Lei de Say corresponde justamente a esse mecanismo, no qual os desequilíbrios entre poupança e investimento são interpretados como momentos de ajuste do próprio processo de reprodução ampliada do capital total. Esse ajuste toma como condição normal de equilíbrio o nível do produto correspondente à reprodução simples

Malthus e Sismondi, por sua vez, observam que os atos individuais de poupança podem constituir a própria causa da acumulação de estoques de mercadorias não vendidas. Como a poupança representa um ato de não consumo no presente, as crises de realização podem surgir como um obstáculo à acumulação do capital, impedindo a continuidade da reprodução ampliada. A solução proposta por esses autores consiste na venda das mercadorias excedentes para outros consumidores. No caso de Sismondi, esses consumidores seriam os países estrangeiros; no caso de Malthus, os membros da sociedade que não pertencem nem à classe capitalista nem à classe dos trabalhadores produtivos, isto é, os chamados consumidores improdutivos.

Assim, embora os autores envolvidos nesse primeiro momento da controvérsia tomem a aparência das crises como conteúdo do problema, os economistas clássicos negam que elas possam impedir a reprodução ampliada do capital, enquanto seus opositores as interpretam como um obstáculo potencial à continuidade da acumulação

A venda do mais-valor para o exterior ou para grupos sociais não diretamente integrados ao processo produtivo interno constitui uma solução que, em certa medida, permanece vinculada à concepção clássica da reprodução. Essa solução pressupõe que o modo de produção capitalista é capaz de iniciar autonomamente um processo de expansão das condições produtivas da reprodução social a partir das próprias condições da reprodução simples, isto é, a partir de uma produção orientada para o atendimento das necessidades sociais de consumo.

As consequências dessa concepção das crises como desproporções são de duas ordens: política e analítica. Do ponto de vista político, a tradição associada a Say e Ricardo interpreta as crises como momentos de desequilíbrio transitório que tendem a ser superados pelo restabelecimento do equilíbrio entre oferta e demanda. Já Sismondi e Malthus entendem que a resolução das crises exige a expansão do mercado atendido pela produção capitalista.

Do ponto de vista analítico, observa-se uma confusão entre o capital social total e o capital total entendido como a simples soma dos capitais individuais. A reprodução do capital como um todo é apreendida a partir do comportamento agregado dos diversos capitais particulares. Contudo, o que fundamenta essas duas consequências não é apenas a consideração aparente do problema da reprodução, mas também a concepção, compartilhada por todos esses pensadores, de que o sentido da reprodução capitalista consiste na ampliação do produto total, e não na acumulação do capital produtivo.

Luxemburgo chama atenção para esse ponto. Apesar das divergências quanto às causas e às possíveis soluções das crises, todos os autores envolvidos na controvérsia clássica trataram a reprodução capitalista como um processo orientado para o atendimento das necessidades sociais de consumo. É essa concepção que sustenta a ideia de que o capitalista pode iniciar autonomamente um processo contínuo de reprodução ampliada.

Como o processo de reprodução social sob o domínio do capital aparece como um processo de circulação regular e aparentemente ininterrupto, a controvérsia clássica sobre as crises permanece restrita à hipótese da reprodução simples. Dessa forma, o sentido histórico da reprodução capitalista não pôde ser plenamente apreendido.

A reprodução ampliada do capital total é então concebida como dependente das variações entre o nível da produção efetiva e o nível da produção total, fazendo dessas variações o ponto de partida para a discussão sobre a acumulação do capital.

Em contraste com essa forma de formular o problema, Luxemburgo procura identificar as relações sociais que efetivamente determinam o processo de reprodução do capital social total. Nesse primeiro momento de sua análise — isto é, na formulação do problema da reprodução em sua forma mais abstrata — seu objetivo é alcançar os níveis mais fundamentais e estruturais da análise.

O movimento de abstração dirige-se, portanto, à essência do problema. Partindo da forma pela qual o processo de reprodução aparece na realidade, mas sem confundir essa aparência com sua essência, Luxemburgo observa que a reprodução simples não pode ser tomada como um fecho analítico preliminar capaz de delimitar o único terreno possível para a formulação do problema da

reprodução. Para a autora, ainda que o problema da realização dos lucros e das crises seja um fenômeno real, ele não constitui a essência do problema da reprodução do capital.

> É necessário, contudo, esclarecer, de antemão, que a alternância periódica das conjunturas e das crises, mesmo constituindo aspectos essenciais da reprodução, não representam o problema real, ou seja, o problema da reprodução capitalista propriamente dito. A alternância conjuntural periódica e as crises constituem a forma específica do movimento no modo de produção capitalista, mas não o movimento em si. Ao contrário, para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração dessas alternâncias conjunturais periódicas e das crises. [...]. A alternância conjuntural periódica e as crises fazem com que a reprodução capitalista, como regra, oscile em torno do total das necessidades sociais solventes, ora subindo acima dessas necessidades ora descendo abaixo delas, quase à interrupção total. Entretanto, se considerarmos um período maior de tempo, um ciclo completo com as respectivas alternâncias conjunturais, contrabalançam-se os períodos exponenciais da conjuntura e as crises, ou seja, os momentos de super expansão da reprodução e os de depressão e interrupção. Daí obteremos como média do ciclo em seu conjunto uma grandeza média da reprodução. Essa média não é somente um conceito teórico, mas constitui também um fato real e objetivo. Pois, apesar dos altos e baixos conjunturais, apesar das crises, as necessidades sociais são, bem ou mal, satisfeitas; a reprodução segue adiante em sua marcha complicada e as forças de produção se desenvolvem sempre mais. Como então pode isso ocorrer, se desconsiderarmos as crises e alternâncias de conjuntura? Aqui começa o problema propriamente dito. A tentativa de resolver o problema da reprodução a partir da periodicidade das crises é, no fundo, tão próprio da Economia vulgar quanto a tentativa de resolver o problema do valor a partir das oscilações entre oferta e demanda. No entanto, veremos adiante como a Economia Política continuamente revelava essa inclinação, sem que disso tivesse plena consciência, ou intuísse o fato de que transformava o problema da reprodução inadvertidamente no problema da crise, fechando assim, para si mesma, o caminho para a solução.” (LUXEMBURG, 1913, [1985], p. 10).

Consciente do sentido histórico de seu objeto de investigação, Rosa Luxemburgo procura apreender o fenômeno da reprodução em sua generalidade. Para a autora, independentemente do caráter cíclico da acumulação, a reprodução do capital social total — responsável pela reprodução das próprias necessidades sociais — possui como característica fundamental a continuidade em meio às mudanças. Nesse sentido, a reprodução das necessidades sociais expressa o próprio devir histórico da sociedade sob o domínio do capital.

É por essa razão que, na interpretação de Luxemburgo, o conteúdo crítico do problema da reprodução já se encontra presente, ainda que de forma implícita, no interior da controvérsia clássica sobre as crises. Afinal, como poderia uma tradição de pensamento que projeta o modo de reprodução capitalista como permanente e universal lidar com a possibilidade igualmente recorrente de sua interrupção histórica? É nesse contexto de tensão científica e ideológica que o problema da reprodução começa a assumir um lugar central no debate econômico.

A Crítica da Economia Política de Rosa Luxemburgo.

A análise clássica da reprodução encontra-se, em grande medida, submetida à imagem que o próprio capital projeta de si mesmo. É precisamente essa consciência aparente do funcionamento do sistema que estabelece a Crítica da Economia Política de Marx como ponto de partida para a

intervenção teórica de Rosa Luxemburgo. Reconhecer que o modo de reprodução capitalista se mantém em meio às suas próprias transformações não significa concebê-lo como um sistema absoluto no tempo e no espaço. Pelo contrário, é esse reconhecimento que permite compreendê-lo a partir de seus próprios limites históricos. A iminência de seu fim, frequentemente evocada nos momentos de crises, não constitui apenas uma evidência da irrealidade da imagem que o capital projeta de si mesmo, mas demonstra também que a essência desse modo de reprodução não é algo puramente abstrato. Ela se constitui e se transforma no próprio movimento histórico do ser social.

As análises clássicas sobre valor, distribuição, produto, renda e, sobretudo, acumulação do capital constituem os fundamentos que fazem da economia política clássica uma ciência parcialmente apropriada das condições técnicas e sociais de reprodução do capital social total. Orientados pela investigação das causas do enriquecimento das nações, os economistas clássicos decifraram diversos aspectos das condições de continuidade da reprodução social. Nesse processo, a hipótese da reprodução simples — entendida como a reprodução circulante do consumo social — assume um papel central. A perspectiva analítica dessa tradição permanece, contudo, limitada à apreensão do caráter útil do trabalho social e ao esclarecimento do movimento do capital individual.

A partir das relações de troca que asseguram as condições físicas de continuidade da produção capitalista, esses autores identificaram a relação entre o tempo de trabalho vivo empregado na produção do excedente e o tempo de trabalho necessário à reprodução do consumo produtivo como um elemento analítico fundamental para a compreensão da reprodução do consumo social total. Sob esse aspecto específico, as formulações clássicas revelam-se imprescindíveis, pois captaram e expuseram as condições materiais da reprodução segundo a lei do valor. É justamente por essa razão que a compreensão da relação teórica de Marx com os economistas clássicos exige atenção particular.

Luxemburgo interpreta a análise histórica e dialética de Marx como um avanço científico decisivo em relação à economia política clássica. Trata-se, contudo, de um avanço que, num só tempo responde questões deixadas em aberto pelos clássicos, e abre um conjunto de problemas teóricos outros. Essas questões se desenvolvem em uma direção distinta daquela perseguida pela tradição clássica, o que pode ser explicado, em grande medida, pela relação crítica que Marx estabelece com a ciência e com o método da economia política.

A Crítica da Economia Política se manifesta no pensamento luxemburguiano como uma forma particular de análise crítica. A abordagem adotada pela autora não apenas retoma as questões formuladas pela economia política clássica, mas as reelabora, convertendo-as em problemas teóricos ainda em aberto. Nesse processo, a contradição histórica fundamental entre capital e trabalho aparece

como o eixo a partir do qual se complexifica o processo de reprodução em sua totalidade e a sua análise.

No momento em que a superação da contradição histórica fundamental é concebida como uma possibilidade latente, estabelece-se uma aproximação entre teoria e história do pensamento. Essa aproximação aparece no terreno comum entre duas dimensões da reflexão crítica: de um lado, a teoria que busca elucidar o que é a reprodução do capital social total; de outro, a teoria revolucionária que procura compreender as condições históricas que tornam possível a superação dessa mesma contradição. Em outras palavras, trata-se de pensar aquilo que permite que essa possibilidade histórica — esse vir a ser — se torne mais concretamente apropriável.

Esse processo de elaboração teórica insere-se no próprio movimento histórico do ser social e do pensamento. Mais do que isso, ele se apresenta como uma reflexão que se constitui em oposição à própria contradição histórica originária, isto é, à relação social que estrutura a reprodução do capital.

Logo no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *A acumulação do capital* (1913), Rosa Luxemburgo situa o pensamento clássico e a obra de Marx como momentos de um mesmo movimento histórico: o desenvolvimento do conhecimento científico. Ao reconhecer que o problema da reprodução do capital social total adquire significados distintos nas análises de François Quesnay e de Karl Marx, a autora procura mostrar que as dificuldades encontradas na formulação exata desse problema não são meramente técnicas.

> A colocação marxista do problema da reprodução do capital social total constitui uma das contribuições perenes do autor à Economia Política teórica. É significativo que na história da Economia Política só se encontram duas tentativas de expor o problema com exatidão: na origem, a de Quesnay, pai da escola dos fisiocratas, e a de Marx, na solução. O problema nunca deixou de atormentar a Economia Política burguesa, mas ela nunca se conscientizou dele, sequer soube apresentá-lo em sua forma pura, isento de outras questões vinculadas ou não a ele, muito menos solucioná-lo. No entanto, dado o significado fundamental desse problema, pode-se, com base nessa tentativa, acompanhar até certo ponto o destino da Economia Política como ciência" (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 7).

Do exame desenvolvido por Luxemburgo ao longo de sua exposição, dois obstáculos analíticos aparecem como particularmente relevantes para o desenvolvimento da reflexão clássica sobre o problema da reprodução. Em primeiro lugar, a dificuldade de distinguir, no nível agregado, capital e renda. Em segundo lugar, quando o problema da reprodução já não podia ser ignorado, a ausência de uma análise das condições gerais de produção e circulação do capital social total.

Este último obstáculo seria parcialmente enfrentado pelos esquemas de reprodução elaborados por Marx. Posteriormente, essa questão assumiria um significado específico no pensamento econômico russo de inspiração marxista. Nessa tradição, a reprodução ampliada passou a ser compreendida sobretudo como a reprodução crescente e contínua da acumulação de capital produtivo

total. Contudo, esse entendimento remete, em última instância, ao processo extensivo de desenvolvimento das condições técnicas e sociais do modo de reprodução capitalista, tanto no tempo quanto no espaço.

À luz do que parece ser a proposta teórica de Luxemburgo — compreender o problema da reprodução como condição para sua própria superação — a análise crítica Marx aos economistas clássicos recoloca a problemática da reprodução em novos termos teóricos e metodológicos. O ponto de contato fundamental entre a análise crítica de Marx e a teoria de Luxemburgo reside na compreensão das relações de troca entre valores de uso como base material da reprodução física do consumo social. Sem essa base, a análise das condições capitalistas de reprodução não poderia incorporar o papel da lei do valor na articulação entre a reprodução física e a reprodução social do consumo total por meio dos inúmeros atos de troca.

É precisamente o próprio modo de reprodução do capital que fomenta a imagem da reprodução simples como se fosse absoluta e universal. Nessa representação, a reprodução aparece como um modelo fechado, cuja característica mais peculiar consiste na abstração da natureza enquanto elemento comum a todo processo material de reprodução. A capitalização dos recursos naturais tende a ser confundida com a acumulação de trabalho passado incorporado aos meios de produção. Assim, a natureza somente aparece na reflexão clássica como meio de produção quando já se encontra transformada por alguma forma de trabalho social anterior.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, esse problema remete diretamente às discussões clássicas sobre valor e preços e à forma como essas discussões se articulam com a teoria da reprodução. O problema do valor surge precisamente da necessidade de medir o conjunto heterogêneo de mercadorias que compõem o produto social total — sejam elas meios de produção ou meios de consumo — em termos de valor. Nesse contexto, a teoria de David Ricardo representa uma das expressões mais acabadas da análise clássica. Luxemburgo se dedica ao exame da teoria clássica da reprodução porque toda essa teoria supõe ser possível garantir a acumulação de longo prazo com base apenas nas condições de produção que asseguram a reprodução simples.

A teoria ricardiana da acumulação permite conceber a continuidade da reprodução do capital social total ao afirmar que essa continuidade depende da transformação simultânea do lucro poupado e da renda líquida poupada em salários e capital produtivo nos setores responsáveis pela produção dos bens necessários. Segundo Luxemburgo, é justamente com Ricardo que se torna possível formular uma imagem relativamente otimista da reprodução ampliada do capital no longo prazo. Essa representação, entretanto, tende a obscurecer o próprio problema da reprodução, na medida em que

Ricardo superpõe a relação entre capital produtivo e produto total às relações entre salário e lucro e entre consumo necessário e consumo supérfluo.

No *Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock* (1815), Ricardo apresenta uma teoria da renda da terra que ilustra bem o caráter extensivo da reprodução capitalista. Ao revelar a extração de mais-valia relativa sob a forma de renda diferencial, o autor indica que a extensão da análise individual para o nível agregado depende do reconhecimento de que a concorrência entre capitais produtivos tende a estabelecer uma taxa geral de lucro. Nesse quadro, a associação entre valores de uso e valores de troca aparece de forma particularmente evidente: para Ricardo, a distribuição do produto social entre as classes constitui um elemento capaz de explicar os valores de troca das mercadorias produzidas.

Nos *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), essa problemática aparece de forma ainda mais clara. As sucessivas revisões do capítulo sobre o valor revelam as dificuldades enfrentadas por Ricardo para resolver o chamado problema do valor. Observa-se, assim, certa dualidade em sua obra. Por um lado, a associação entre valor de uso e valor de troca lhe permite perceber como a relação inversa entre consumo necessário e produto excedente pode se manifestar em uma economia cuja reprodução do capital produtivo possui relativa autonomia. Por outro lado, essa mesma associação dificulta a percepção de formas de renda — como a renda absoluta — capazes de alterar o nível normal de reprodução do capital social total.

A crítica de Ricardo à teoria do preço de Adam Smith permite compreender esse ponto. Ao enfatizar a necessidade de investigar os lucros e a acumulação de capital, Ricardo reformula a teoria da parcimônia de Smith, buscando compatibilizá-la com a ideia de que a origem dos lucros totais reside na capacidade da classe capitalista de acumular trabalho passado relativamente ao trabalho presente. Nesse contexto, a concorrência entre os fluxos de poupança e de investimento surge como o mecanismo por meio do qual se estabelece uma taxa geral de lucro associada à determinado nível de produção. A formulação da Lei de Say no capítulo XXI dos *Princípios* expressa, assim, uma concepção de equilíbrio segundo a qual o não consumo presente se transforma em trabalho passado incorporado aos meios de produção.

Entretanto, no capítulo anterior, a crítica de Ricardo a Say — referente à sua interpretação da diferença entre valor e riqueza em Smith — mostra que o autor reconhecia certos limites dessa concepção. Mesmo aceitando a lei de equilíbrio de Say para o capital circulante produtivo, Ricardo admitia que as decisões de gasto da renda não são determinadas pelos preços de produção do capital constante e do capital variável. A possibilidade de elevação dos salários reais em um contexto de

expansão da produção total levava-o a reconhecer que a redução relativa dos lucros poderia resultar de aumentos nos salários.

Trata-se de uma teoria da reprodução ampliada na qual a riqueza capitalista tende a expandir-se a taxas mais elevadas do que a riqueza destinada à reprodução da classe trabalhadora. A taxa de mais-valia pode crescer mais rapidamente que a taxa de lucro, sobretudo porque a renda líquida pode ser convertida em capital produtivo por meio da expansão do consumo supérfluo. Assim, na história das teorias da reprodução ampliada, a tradição clássica se caracteriza por uma concepção essencialmente endógena da acumulação capitalista.

Segundo Luxemburgo, a hipótese da reprodução simples — tão característica da economia política clássica — é retomada por Marx como representação das condições internas de reprodução do consumo social total. O diálogo crítico que Marx estabelece com Smith na análise da reprodução simples apresentada no Livro II de *O Capital* ilustra tanto a contribuição quanto os limites da análise clássica. As condições internas de reprodução do consumo social total são mediadas pelas relações de troca identificadas pelos economistas clássicos. Nesse sentido, o esquema de reprodução simples pode ser compreendido como a representação de uma totalidade lógica relativamente fechada, que permite analisar as condições capitalistas de reprodução do consumo social. Trata-se, contudo, de uma análise distinta daquela que investiga as condições históricas de reprodução do capital social total.

A mudança de significado do problema da reprodução: da controvérsia clássica à russa

A partir da distinção entre os dois âmbitos mais gerais da análise da reprodução do capital social total, torna-se possível compreender o ponto de conexão entre a análise teórica de Rosa Luxemburgo e o seu trabalho de história do pensamento econômico. Um dos resultados centrais desse esforço consiste na identificação de uma mudança no significado atribuído ao problema da reprodução quando se passa da controvérsia clássica para a controvérsia russa.

Segundo Luxemburgo, a controvérsia clássica girava fundamentalmente em torno das condições capitalistas de reprodução do consumo social total. Por essa razão, ela forneceria as bases conceituais mais adequadas para a formulação e exposição do problema da reprodução em sua forma mais elementar[2]. Na interpretação da autora, Marx teria avançado significativamente nessa direção. No entanto, no pensamento russo de inspiração marxista, o deslocamento do foco analítico para as condições de reprodução do capital total acabou limitando a possibilidade de formular o problema da reprodução em sua forma mais pura. Nesse segundo filão de discussão, o problema da reprodução

[22] O que não significa dizer que os economistas russos não possuíam alguma percepção sobre o que havia de continuidade e o que havia de ruptura na relação de Marx com os economistas clássicos.

tende a se transformar no problema da acumulação do capital produtivo total, deslocando a questão central da forma de reprodução do capital social para os determinantes técnicos e produtivos do desenvolvimento econômico.

Para a abordagem dialética e materialista histórica de Luxemburgo, essa diferença entre as condições de reprodução do consumo social e as condições de reprodução do capital total encontra seu fundamento na própria contradição histórica inerente ao modo de reprodução da sociedade capitalista: a contradição entre as condições de produção e as condições de realização do capital social total. Nascida da relação entre capital e trabalho, essa contradição se manifesta na própria dinâmica pela qual o capital procura reproduzir-se continuamente no tempo e no espaço.

Ao fazer da reprodução dessa contradição o próprio sentido de sua existência social, o modo de reprodução do capital coloca ao pensamento econômico que se debruça sobre o problema da reprodução o desafio de oferecer como solução justamente a reprodução dessa mesma contradição. Nesse sentido, a teoria da reprodução do capital social total elaborada por Luxemburgo pode ser compreendida como uma teoria crítica que busca explicar a maneira pela qual o capital reproduz a sua própria contradição histórica. Em outras palavras, a forma pela qual o capital "resolve" o problema da reprodução é, ao mesmo tempo, a forma pela qual ele perpetua as condições que tornam essa contradição possível.

No início do século XX, a investigação dessa contradição levou parte significativa do pensamento econômico a concentrar sua atenção no ponto de contato entre a análise da reprodução do consumo social total e a análise da reprodução do capital total. Esse ponto passou a ser visto como o espaço analítico privilegiado para a formulação de hipóteses acerca da solução do problema da reprodução.

Contudo, ao eclipsar a percepção da contradição inerente ao processo de reprodução capitalista, esse deslocamento interpretativo passou a apresentar o problema da reprodução como algo potencialmente solucionável por meio da unidade entre as condições de reprodução do consumo social total e as condições de reprodução do capital total. Nesse contexto, o problema da reprodução foi progressivamente ressignificado por diferentes correntes do pensamento econômico — tanto por autores não marxistas quanto por parte do próprio marxismo russo.

Ao transformar o problema da reprodução no problema da acumulação de capital produtivo, grande parte do pensamento econômico do início do século XX passou a tratar os determinantes do investimento como a questão central para a elaboração de teorias gerais da reprodução do capital social total. Luxemburgo discute esse deslocamento sobretudo ao examinar a diferença entre reprodução simples e reprodução ampliada. Quando o ponto de contato entre consumo social e

acumulação é concebido a partir dos determinantes do investimento, a reprodução ampliada do consumo social tende a ser identificada com a própria reprodução ampliada do capital total. Trata-se de uma diferença importante em relação à abordagem de Luxemburgo.

Entre as teorias não marxistas que seguiram essa direção, aquelas que enfatizam o caráter dual do investimento oferecem uma formulação particularmente clara dessa unidade entre as condições de reprodução do consumo social total e as condições de reprodução do capital total. O investimento, enquanto gasto, amplia o produto no curto prazo; enquanto formação de capital, amplia a capacidade produtiva no longo prazo. O duplo caráter do investimento permite sustentar a ideia de que o crescimento contínuo das condições de reprodução do consumo social pode ser compreendido como a própria reprodução ampliada do capital total. Nesse quadro analítico, a análise da reprodução simples passa a ser concebida como o ponto de partida lógico da análise da reprodução ampliada. Em contraste com a maneira pela qual Ricardo determina o nível do produto — baseada na Lei de Say — esses autores reconhecem o problema da reprodução a partir das variações do nível do produto[3]. Esse deslocamento analítico permite identificar o papel da demanda efetiva na determinação do nível de produção, evidenciando a possibilidade de divergência entre o produto efetivo e o produto potencial, este último associado ao volume de capital acumulado.

Desse modo, as questões relativas à determinação e ao ajustamento entre poupança e investimento tornam-se os eixos centrais para distinguir duas tradições analíticas: de um lado, as interpretações baseadas na lei harmônica de Say; de outro, aquelas fundadas no princípio da demanda efetiva. Nessa segunda tradição, a análise da reprodução do consumo social total reaparece novamente como ponto de partida lógico para compreender a reprodução ampliada do capital total.

A noção de não consumo passa, então, a ser pensada em conexão direta com o valor acumulado nos meios de produção. A teoria clássica da parcimônia, reformulada por Ricardo, abriu espaço para que os ajustes entre poupança e investimento fossem interpretados em termos de oferta e demanda. Nesse contexto, o papel das variações de preços na distribuição do produto social tende a aparecer como uma consequência da predominância da ótica do capital privado individual sobre a análise do capital social total.

Embora Ricardo não tenha adotado plenamente a teoria smithiana dos preços, e embora sua análise da estrutura física do produto social tenha sido fundamental para o desenvolvimento de sua

[3] Esta interpretação é a forma específica pela qual os teóricos da demanda efetiva do século XX procuraram dar algum fundamento ao problema da reprodução. A reflexão destes teóricos tem como lugar comum a questão da realização do mais valor, que é uma questão parcialmente conectada com o problema da reprodução. Esta forma de trabalhar o sentido teórico do problema da reprodução está necessariamente condicionado ao tipo de limitação que a análise da reprodução do consumo social total impõe ao pensamento clássico. Jean Charles Sismondi é o autor que, na opinião de Luxemburgo, melhor representa esta limitação.

teoria da renda da terra, a perspectiva do capital social total acaba sendo parcialmente obscurecida. O capital social tende a ser confundido com o capital total, e a determinação dos valores de troca a partir das relações entre valores de uso abre espaço para interpretações segundo as quais as variações dos valores de troca decorreriam diretamente da distribuição do produto entre as classes.

Nesse contexto, a análise das variações relativas adquire uma dimensão que se aproxima da perspectiva do capital social total[4]. A oposição enfrentada pela escola ricardiana durante a controvérsia clássica sobre as crises acabou colocando no centro do debate o problema da realização do mais-valor. Esse deslocamento abriu a possibilidade de investigar a relação entre poupança e investimento em termos das variações da demanda agregada, sobretudo quando se reconhece a diferença entre a circulação simples de mercadorias e a circulação do dinheiro como capital.

Uma vez assumida implicitamente a ideia de que o sentido da acumulação capitalista reside na expansão do produto social total, o ajustamento entre poupança e investimento — formulado por Ricardo como uma necessidade lógica — permanece preso à associação entre não consumo presente e acumulação de trabalho passado incorporado aos meios de produção.

Para os teóricos que criticam a Lei de Say a partir do princípio da demanda efetiva, o problema central passa a ser a relação entre poupança e capacidade produtiva ociosa. Nessa perspectiva, o investimento deixa de ser explicado pela poupança e passa a ser concebido como o determinante da própria poupança. A demanda efetivamente realizada torna-se, assim, o elemento que permite formular uma análise dinâmica da reprodução ampliada, baseada nos ajustes da oferta em relação à demanda. Essa abordagem se distingue da análise baseada na Lei de Say, que sustenta, em sua forma mais simplificada, uma tendência geral ao equilíbrio de todos os mercados.

Ao compreender os determinantes do investimento como o elemento que alinha a reprodução do consumo social total à reprodução do capital total, os teóricos críticos à Lei de Say no século XX passaram a admitir a possibilidade abstrata de que a expansão contínua da demanda por consumo, da renda, do produto e do emprego pudesse constituir a base sobre a qual a acumulação do capital produtivo se realizaria juntamente com a reprodução ampliada do capital total[5]. Subjacente a essa

[4] Ver a seção X do volume II do *Teorias da Mais Valia* de Marx, em especial a subseção intitulada "Ricardo e a questão do valor "absoluto" e "relativo". Sua incompreensão das formas do valor".

[5] É importante ressaltar que são apenas alguns dos teóricos da demanda efetiva que seguem por este caminho. Atualmente, apenas dois grupos se estabelecem com força nos debates sobre o que poderíamos caracterizar como as teorias da demanda efetiva no longo prazo. Os que se inspiram na Escola de Cambridge de fundamentação marshalliana almejam como síntese a integração da teoria do produto baseada no Princípio da Demanda Efetiva com as teorias clássicas do valor e da distribuição; e os que se inspiram na reformulação de Michael Kalecki dos esquemas marxistas da reprodução social e de sua análise dos determinantes do investimento. O que ambas as posições possuem em comum é a identificação do duplo caráter do investimento como a questão que possibilita uma análise integrada da acumulação do capital produtivo com a reprodução ampliada do capital total. No que diz respeito à tradição da Escola de Cambridge

ideia encontra-se a concepção de que a reprodução do capital social total diz respeito apenas ao caráter circulante da reprodução do capital produtivo. Tal concepção pode ser entendida como uma confusão entre o capital em geral e o capital produtivo, restrita à ótica do valor de uso e do caráter útil do trabalho social.

Embora esses autores sejam capazes de explicar como a demanda efetiva determina o nível do produto, ao conceberem a reprodução do capital produtivo como um fluxo de renda ao longo do tempo acabam subordinando os determinantes do investimento à ideia de que o sentido da reprodução social no capitalismo reside na ampliação do consumo social total. Em outras palavras, a expansão da produção e da circulação interna de mercadorias passa a ser concebida como a finalidade do processo de reprodução. Nessa perspectiva, a acumulação de capital produtivo surgiria fundamentalmente da expansão da demanda por consumo, capaz de sustentar o crescimento do produto total no longo prazo.

Os limites reais da ampliação da reprodução do consumo social total, entretanto, não podem ser plenamente apreendidos dentro desse quadro analítico. Em termos abstratos, a possibilidade de o investimento acompanhar continuamente a expansão da demanda efetiva leva à conclusão de que a reprodução ampliada do capital total — entendida como aumento da capacidade produtiva — seria simplesmente uma consequência do crescimento contínuo do consumo, do produto, do emprego e da renda.

As teorias do investimento baseadas no chamado duplo caráter do investimento acabam, assim, obscurecendo a diferença entre a reprodução circulante do capital produtivo e a expansão da base material sobre a qual se estabelece o domínio do modo de reprodução do capital social total. É verdade que, no longo prazo, a expansão contínua da demanda efetiva pode estimular mudanças nas condições técnicas de produção que ampliam a produtividade do trabalho social. No entanto, essa possibilidade lógica só pode ser sustentada se se admitir que os ganhos de produtividade resultantes do aumento da composição técnica do capital decorrem exclusivamente da expansão da demanda efetiva.

Essa hipótese implica associar a expansão absoluta da taxa de mais-valia à expansão absoluta da relação salário/lucro. Nesse caso, o aumento da composição técnica do capital não poderia resultar da ampliação direta da propriedade capitalista sobre novos meios de produção e, sobretudo, sobre novas terras, novos recursos naturais e novas reservas de força de trabalho livre.

ver Milgate (1982), Eatwell e Milgate (1983), Robinson (1960, 1979,1981). Já em relação à tradição kaleckiana ver Miglioli (2004) e Kalecki (1977, 1980).

A consequência dessa perspectiva é tratar o crescimento do produto, do emprego e da renda — impulsionado pela expansão da demanda efetiva — como se fosse capaz de gerar uma reprodução ampliada autônoma da riqueza capitalista. A concorrência aparece, então, como a condição suficiente para explicar a concentração e a centralização do capital como tendências inerentes à reprodução ampliada do capital total. Como se a ampliação da riqueza capitalista sob a forma de meios de produção, contendo quantidades crescentes de trabalho incorporado, fosse suficiente para transformar a reprodução ampliada do capital total na própria reprodução ampliada do capital social total.

Nessa interpretação, perde-se de vista que a reprodução ampliada autônoma da riqueza capitalista requer, em última instância, a ampliação da apropriação de riqueza não capitalista. Para que a reprodução ampliada do capital total possa se perpetuar no tempo e no espaço, seria necessário que a expansão contínua do produto — associada à expansão da demanda efetiva — fosse acompanhada por uma ampliação absoluta, combinada a uma ampliação relativa, da riqueza apropriada pela classe capitalista.

Essa expansão da riqueza sob o domínio da classe capitalista realiza-se por meio da apropriação de formas de riqueza não capitalista existentes na sociedade. Trata-se da riqueza detida por trabalhadores, arrendatários, "terceiras pessoas" ou por grupos sociais cuja reprodução não se encontra diretamente organizada pela relação capital-trabalho. A continuidade da reprodução ampliada do capital social total dependeria, assim, da ampliação do poder de compra criado a partir da incorporação dessa riqueza ao circuito de valorização do capital.

Em outras palavras, trata-se de um gasto que se origina fora do fluxo circular da renda capitalista e que permite a capitalização de riqueza não capitalista. O que permanece obscurecido nas teorias baseadas exclusivamente na dinâmica interna da renda é a diferença entre dois processos distintos: a capitalização do mais-valor produzido no interior da relação capital-trabalho e a capitalização da riqueza genérica — isto é, da força de trabalho livre e da natureza — que constitui a base material mais ampla da expansão histórica do capitalismo.

Do que foi exposto até aqui, já é possível estabelecer alguns traços gerais que tornam a contribuição de Rosa Luxemburgo uma contribuição particular para o problema da reprodução — contribuição que não foi plenamente incorporada pelos desenvolvimentos posteriores do pensamento econômico, ainda que apresente pontos de contato com algumas de suas formulações. Para esclarecer essa particularidade, torna-se necessário examinar a provocação que a reflexão de Luxemburgo dirige ao movimento histórico do pensamento econômico posterior a Marx.

Aquilo que havia de esclarecedor no pensamento clássico — e que foi desenvolvido de modo crítico por Marx — passou a ser mobilizado, em muitos casos, para objetivos contrários aos

avanços científicos propiciados por esse autor. Desse deslocamento resultaram dificuldades tanto metodológicas quanto teóricas no que diz respeito à compreensão do objeto investigado e para sua exposição adequada. Consequentemente, a discussão sobre o problema da reprodução passou a ser delimitada por um único propósito: a descoberta de sua solução.

A controvérsia russa e a transformação do problema da reprodução em problema da acumulação.

A controvérsia russa ilustra de maneira clara esse deslocamento. O uso da *Crítica da Economia Política* como teoria analítica pavimentou o caminho para a formulação de soluções abstratas para o problema da reprodução. Ao tomar as condições técnicas da reprodução como fundamento absoluto da análise do processo histórico, os teóricos russos passaram a conceber o esquema de reprodução ampliada — que, enquanto esquema analítico, já é em si mesmo uma abstração — como a própria solução do problema. Desse modo, o problema da reprodução foi progressivamente transformado no problema da acumulação do capital produtivo.

Como resultado, tornou-se possível identificar a reprodução ampliada do consumo social total com a própria reprodução ampliada do capital total. A forma aparente da reprodução capitalista reaparece, agora sob os termos dos esquemas de Marx, como um processo autônomo, progressivo e potencialmente controlável.

Essa capacidade de apresentar a reprodução ampliada do consumo social como reprodução ampliada do capital total constitui, de fato, uma característica relevante do modo imperialista de reprodução do capital social total. No entanto, os teóricos russos tendem a explicar esse fenômeno por meio de soluções *deus ex machina*[6]. Tais soluções sugerem que o capital social total poderia iniciar um processo contínuo de reprodução ampliada tendo como ponto de partida apenas as condições internas de reprodução do consumo social. Nesse caso, a reprodução ampliada do capital social total apareceria como resultado das próprias condições capitalistas de reprodução do consumo social total — precisamente aquelas condições que, na controvérsia clássica, constituíam a essência concreta do problema da reprodução.[7]

Na interpretação de Luxemburgo, essa confusão encontra algum respaldo na forma de exposição presente no texto de Marx, embora permaneça em dissonância tanto com os resultados

[66] Diferente dos economistas clássicos, os teóricos russos foram capazes de reconhecer o problema na realidade, ainda que alguns tenham tido dificuldade na formulação exata do problema.

[7] Segundo Luxemburgo, a apreensão da essência concreta do problema da reprodução é feita, mesmo que de forma limitada, por Sismondi. A discussão sobre a compreensão desta problemática se dá no bojo da controvérsia desde autor com os economistas clássicos que sequer identificavam o problema em suas teorias.

teóricos fundamentais da *Crítica da Economia Política* quanto com o método científico que orienta a análise marxiana.

> Com isso, teríamos saído da dificuldade. Mas não é difícil identificar a circunstância que nos facilitou a solução: Marx aborda a acumulação, nesse caso, em sua primeira fase, *in statu nascendi*, brotando como flor da reprodução simples. Do ponto de vista da amplitude do valor, a produção ainda não sofreu ampliação alguma; somente sua organização e seus elementos materiais encontram-se dispostos em ordem diferente. Por isso não é de admirar que também as fontes de dinheiro apareçam como suficientes. Mas a solução encontrada só vale para o momento em que se verifica a passagem da reprodução simples para a reprodução ampliada, ou seja, para um caso concebido apenas em teoria e que não pode ser levado em consideração na realidade (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 87).

O objetivo central de Luxemburgo é o de demonstrar que, apesar de Marx ter oferecido a formulação mais avançada do problema da reprodução, o uso de determinados recursos analíticos contribuiu para consolidar a falsa impressão de que a reprodução ampliada do capital social total seria um processo essencialmente autônomo, dependente apenas da expansão do poder de compra — frequentemente associada à ampliação do crédito. A reprodução do capital passaria, assim, a ser concebida como uma decisão relativamente autônoma da classe dominante, garantida por seu controle sobre a circulação capitalista do dinheiro.

Essa interpretação implica uma concepção radicalmente circulacionista da reprodução do capital produtivo, aproximando-se das formulações vulgares que tradicionalmente foram atribuídas ao pensamento clássico. Tal visão se encontra em oposição direta ao entendimento de Marx sobre o capital produtivo — definido pela unidade entre capital constante e capital variável — e, mais amplamente, sobre a própria essência do capital.

Todavia, o conteúdo abstrato dessas soluções formuladas pelos teóricos russos está relacionado ao papel primordial atribuído às decisões de gasto da classe proprietária, única classe logicamente capaz de realizar o investimento. Essas decisões podem ser orientadas diretamente para a ampliação da capacidade produtiva ou, alternativamente, para a expansão do consumo final, que induziria o investimento por meio do crescimento da demanda efetiva. Em ambos os casos, o princípio do gasto — que diz respeito à reprodução do capital em geral — é transformado em uma solução extrínseca e primária para o problema da reprodução.

Condicionado ao fechamento analítico imposto pela hipótese da reprodução simples, o entendimento do problema da reprodução torna-se ainda mais obscurecido pela ideia de que as decisões autônomas de gasto da classe dominante seriam capazes de realizar o mais-valor total e, por meio do crescimento do gasto, promover o crescimento do produto. O controle da classe proprietária sobre a circulação do dinheiro como capital apareceria, assim, como suficiente para garantir a realização do valor excedente total.

Nesse contexto, o valor excedente passa a ser compreendido como um conjunto de mercadorias que não correspondem ao consumo produtivo necessário, dada a hipótese da reprodução simples. O fluxo interno que transforma a renda gerada em renda consumida é identificado na troca entre os dois departamentos do esquema de reprodução — o departamento de meios de produção e o de meios de consumo. Esse fluxo é então apresentado como a lei de troca fundamental que garantiria a reprodução do produto social total, tanto em termos de valor quanto de valor de uso.

Desta forma, essa lei de troca básica — inicialmente identificada por Marx como uma condição física da reprodução — passa a ser assimilada apenas como uma relação de equivalência de valores. A partir daí, assume-se implicitamente que o objetivo da reprodução ampliada seria aumentar a parcela do produto destinada ao consumo produtivo não necessário. Estabelece-se, assim, a possibilidade de tratar a reprodução ampliada do capital total como solução para o problema da reprodução.

Nessa perspectiva, a capacidade autônoma de expansão do poder de compra aparece como suficiente não apenas para impulsionar o crescimento do produto, do emprego e da renda, mas também para garantir a continuidade desse processo. No entanto, tal dinâmica exigiria, na realidade, a ampliação das condições físicas e em valor da reprodução do capital constante, cuja continuidade depende de uma dupla determinação: a transferência de valor para a mercadoria final — expressa nas amortizações devidas à depreciação— e a incorporação de trabalho passado adicional à capacidade produtiva.

A reprodução do capital constante deixa, então, de ser percebida como um limite potencial à reprodução ampliada do capital total. O fato de Marx ter identificado a lei de troca básica entre os departamentos é interpretado como indicação de que seria possível intervir nessa relação de modo a garantir a continuidade do crescimento da produtividade do trabalho social e da composição orgânica do capital. O progresso técnico passa, assim, a ser concebido como um fim em si mesmo, enquanto a diferença entre as condições técnicas e sociais da reprodução desaparece da análise.

No entanto, essa fusão entre a ótica da circulação do dinheiro como capital e a lei de troca entre os departamentos — característica do marxismo russo — reflete, em última instância, uma compreensão limitada da reprodução do capital produtivo. Trata-se de uma perspectiva restrita ao ponto de vista da circulação do capital produtivo, o que reforça a ideia de que a reprodução ampliada do capital total poderia emergir diretamente das condições inerentes à reprodução do consumo social total.

Aquilo que, na controvérsia clássica, havia sido identificado como a essência concreta do problema da reprodução passa a ser tratado pelos teóricos russos como uma simples condição técnica

previamente dada. O progresso técnico passa a ser concebido como necessidade histórica justamente porque permitiria superar o problema da reprodução. Sua realização dependeria, nesse caso, das decisões autônomas da classe dominante voltadas para a realização do capital supostamente excedente, dadas as condições técnicas do capital total. Desse modo, as relações aritméticas do esquema de reprodução ampliada consolidam-se no pensamento econômico russo como a expressão de um processo de progresso técnico capaz de expandir indefinidamente as relações de troca próprias da reprodução simples.

Ainda que, do ponto de vista lógico, a primazia do gasto seja um elemento importante para compreender o movimento geral da reprodução do capital social total, ela não é suficiente para explicar como a efetivação do gasto pode conduzir a uma reprodução ampliada duradoura do capital total baseada exclusivamente na expansão do consumo social total. Tal processo exigiria, no longo prazo, a apropriação crescente de novas terras, novos recursos naturais e novas forças de trabalho — isto é, a incorporação de elementos materiais relativamente externos ao domínio imediato da reprodução capitalista.

Esse ponto fundamental da crítica de Luxemburgo permite compreender que sua visão teórica se caracteriza por uma atenção particular às diferenças entre a reprodução do capital constante e a do capital variável, bem como entre capital fixo e capital circulante. A partir dessa distinção, torna-se evidente que a compreensão adequada do problema da reprodução exige a diferenciação entre a reprodução do consumo social total e a reprodução do capital total, bem como a análise da relação entre ambas.

Essas distinções fornecem as bases para uma teoria da reprodução do capital social total que concebe a reprodução capitalista como unidade entre produção e circulação e como unidade entre condições técnicas e sociais de reprodução. É precisamente essa unidade que permite compreender como se torna possível a expansão histórica do modo capitalista de produção e da organização social que lhe corresponde.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, a teoria de Rosa Luxemburgo pode ser compreendida como uma terceira formulação sobre o problema da reprodução, distinta tanto da interpretação desenvolvida pelos marxistas russos quanto das formulações posteriores associadas às teorias da demanda efetiva. Embora todas essas abordagens possam ser relacionadas, em alguma medida, à *Crítica da Economia Política* de Marx, a proposição de Luxemburgo distingue-se por não tomar a reprodução do capital social total sob a hipótese de domínio absoluto e universal da relação capital-trabalho no tempo e no espaço.

É precisamente nesse ponto que se encontra a crítica teórica central do trabalho de Luxemburgo, bem como a contribuição específica que sua reflexão oferece à história do pensamento econômico.

Considerações Finais.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou situar a teoria da reprodução do capital social total elaborada por Rosa Luxemburgo no interior da história do pensamento econômico. Partindo da hipótese de que a contribuição luxemburguiana não pode ser compreendida apenas como uma intervenção no debate marxista sobre a possibilidade da reprodução ampliada, procurou-se mostrar que sua reflexão constitui uma elaboração teórica que emerge do diálogo simultâneo com a economia política clássica e com a crítica da economia política de Marx.

Nesse sentido, a teoria da reprodução em Luxemburgo não se apresenta apenas como uma análise das condições técnicas da acumulação capitalista. Ao contrário, ela procura evidenciar as condições históricas que tornam possível a expansão do capital, deslocando o problema da reprodução para além da interpretação que o reduz à dinâmica interna do capital produtivo. Ao enfatizar a relação entre a reprodução do consumo social total e a reprodução do capital total, Luxemburgo recoloca o problema da acumulação no interior de um quadro mais amplo que envolve as condições materiais e históricas da expansão capitalista.

A reconstrução do debate mostrou também que a crítica luxemburguiana se dirige, em grande medida, às interpretações que tratam os esquemas de reprodução de Marx como uma demonstração da possibilidade lógica da reprodução ampliada em um sistema capitalista completamente fechado. Ao questionar essa hipótese, Luxemburgo chama atenção para o fato de que a reprodução do capital não pode ser compreendida apenas como um problema de proporções aritméticas entre departamentos da produção social, mas deve ser analisada em conexão com as condições históricas de expansão do sistema, incluindo a incorporação de novos espaços, recursos naturais e forças de trabalho.

Sob essa perspectiva, a teoria da reprodução elaborada por Luxemburgo pode ser compreendida como uma formulação distinta tanto da tradição associada aos marxistas russos quanto das interpretações posteriores que enfatizam o papel da demanda efetiva como fundamento da dinâmica macroeconômica. Diferentemente dessas abordagens, Luxemburgo não parte da hipótese de universalização plena das relações capitalistas de produção. Ao contrário, sua análise destaca precisamente os limites históricos dessa universalização e o papel desempenhado pela expansão do capitalismo sobre formações sociais não plenamente capitalistas.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, essa interpretação permite compreender a teoria luxemburguiana como uma terceira formulação relevante sobre o problema da reprodução do capital social total. Ao articular a análise das condições de consumo social com as condições históricas de expansão da acumulação, Luxemburgo oferece uma perspectiva teórica que recoloca o problema da reprodução no interior da dinâmica histórica do capitalismo.

Assim, a contribuição central de Luxemburgo não reside apenas na crítica às interpretações da reprodução ampliada desenvolvidas em sua época, mas sobretudo na tentativa de compreender a reprodução do capital como um processo historicamente situado, cuja continuidade depende de condições materiais e sociais que ultrapassam os limites internos da produção capitalista. Nesse sentido, sua reflexão permanece relevante tanto para a história do pensamento econômico quanto para a análise crítica das formas históricas de expansão do capitalismo.

Referências Bibliográficas.

BELLOFIORE, Riccardo (ed.). *Rosa Luxemburg and the Critique of Political Economy*. Londres: Routledge, 2009.

BELLOFIORE, Riccardo; KARWOWNSKI, Ewa; TOPOROWSKI, Jan (orgs). *Economic Crisis and Political Economy*. Vol. 2: [Essays in Honour of Tadeusz Kowalik]. Londres: Routledge, 2013.

BELLOFIORE, Riccardo; KARWOWNSKI, Ewa; TOPOROWSKI, Jan (eds). *The Legacy of Rosa Luxemburg, Oskar Lange and Michal Kalecki*. Vols. 1-2: [Essays in Honour of Tadeusz Kowalik]. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

DELHEIM, J.; WOLF, F. Otto. *Rosa Luxemburg: A Permanent Challenge for Political Economy: On the History and the Present of Luxemburg's 'Accumulation of Capital'*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

DOBB, Maurice. Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FRANCO, Thiago. Reprodução Social Total e Imperialismo n'*A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo. Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2015, Niterói. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 123-130.

FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*. Tradução Nélio Schneider e Erica Ziegler. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.

GOMES, Rosa Rosa. *Rosa Luxemburgo: Crise e Revolução*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018

GONÇALVES, G. L.; BARREIRA, C. M. (orgs). *Rosa Luxemburgo: atualidade da análise política, da teoria econômica e da crítica do direito*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

HARCOURT, G. C.; KRIESLER, Peter. *Michal Kalecki and Rosa Luxemburg on Marx's schemes of reproduction: two incisive interpreters of capitalism*. (Discussion Papers, n. 2012-34). Sydney: School of Economics, The University of New South Wales, 2012.

HUDIS, Peter (ed.). *The Complete Works of Rosa Luxemburg*. Vol. 1: [Economic Wrintings]. Tradução de David Fernbach, Joseph Fracchia e George Shriver. Londres e Nova York: Verso, 2013.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Trad. Paulo de Almeida. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Trad. Jorge Miglioli. Coleção Economia e Planejamento. Série Teoria Contemporânea. São Paulo: HUCITEC, 1977.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação*. Tradução de Mário R. da Cruz e Rolf Kuntz. Revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
KRÄTKE, Michael. "Nove respostas preliminares para nove perguntas difíceis". In: Crítica Marxista, São Paulo: Ed. Revan, v.1, n.26, 2008.
_____. "A herança econômica recalcada". In: SCHÜTRUMPF, Jörn. Rosa Luxemburgo ou preço da liberdade (org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. LÖWY,
Michael. Método dialético e teoria política. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
_____. Revolta e melancolia. São Paulo: Boitempo, 2015.
_____. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista. 10ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo. Os dilemas da ação revolucionária. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
_____. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
LUKÁCS, György. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
LUXEMBURGO, Rosa. "Reforma social ou revolução?". In: LOUREIRO, Isabel (org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 11-36.
_____. Greve de massas, partido e sindicato. Coimbra: Centelha, 1974.
_____. A crise da social-democracia. Lisboa: Escorpião, 1974.
_____. A revolução russa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
_____. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kotche. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 1-5.
_____. Teoria da Mais Valia: História crítica do Pensamento Econômico. Trad. Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Vols. 1-3.
MÉSZÁROS, Istvan. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. 2ª ed. Coleção Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas. São Paulo: HUCITEC, 2004.
PEDROSA, Mario. A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. 1ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. 1ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Vols. 1